

ANÁLISE DO ESTOQUE DE DÍVIDA ATIVA E SUA RELAÇÃO COM RECEITA ORÇAMENTÁRIA E PRODUTO INTERNO BRUTO EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Terezinha Scheppa¹
Thiago Saquetto²

Resumo:

A dívida ativa é constituída por todos os créditos em favor da Fazenda Pública. O crédito público torna-se dívida ativa quando se esgotam os prazos fixados para a sua quitação. Assim, a falta de controle sobre a arrecadação, acompanhamento e cobrança impedem que o ente federativo pratique todo o seu potencial arrecadatório. Esta pesquisa tem como objetivo compreender como o estoque de dívida ativa se relaciona com fatores econômicos em municípios do Espírito Santo. A metodologia desta pesquisa é quantitativa e descritiva. Utiliza estatística, regressão linear múltipla e a técnica de escalonamento para a análise dos dados. Os resultados encontrados indicaram que existe uma relação positiva entre o estoque de dívida ativa e as variáveis receita orçamentária e produto interno bruto.

Palavras-chave: Dívida Ativa, Estoque de Dívida Ativa, Administração Pública, Arrecadação, Indicadores Econômicos.

ANALYSIS OF THE ACTIVE DEBT STOCK AND ITS RELATIONSHIP WITH BUDGET REVENUE AND GROSS DOMESTIC PRODUCT IN MUNICIPALITIES OF ESPÍRITO SANTO STATE

Abstract:

The active debt consists of all credits in favor of the Public Treasury. Public credit becomes an active debt when the deadlines for repayment have expired. Thus, the lack of control over tax revenues, monitoring and collection prevent the federative entity from practicing its full collection potential. This research aims to understand how the active debt stock is related to economic factors in the municipalities of Espírito Santo State. The methodology of this research is quantitative and descriptive. It uses statistics, multiple linear regression and the scaling technique for data analysis. The results indicated that there is a positive relationship between the active debt stock and the variables, budget revenue and gross domestic product.

Keywords: Active Debt, Active Debt Stock, Public Administration, Collection, Economic Indicators.

¹ Graduando em Administração pelo IFES, *Campus* Colatina. E-mail: scheppaterezinha@gmail.com

² Professor orientador do curso de Bacharelado em Administração, Instituto Federal do Espírito Santo – *Campus* Colatina. E-mail: thiagosquetto@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No contexto econômico atual dos entes federativos, marcado pela escassez de recursos econômicos e financeiros, cabe à administração pública captar recursos, maximizando suas receitas e minimizando a inadimplência, para que o Estado possa prover, assim como determina a Constituição Federal, os direitos fundamentais do ser humano: educação; saúde; trabalho; previdência social; lazer; segurança; proteção à maternidade e à infância; e, assistência aos desamparados (BRASIL, 1990). Uma gestão tributária ineficiente contribui para a inadimplência, a sonegação fiscal e a fraude, que acabam não permitindo que tais receitas, que deveriam ser arrecadadas para os cofres públicos, sejam utilizadas para promover políticas públicas para a sociedade (RIBEIRO, 2011). Diante deste cenário, uma das ações que podem ser consideradas, visando estes objetivos, tem sido manter o cadastro dos contribuintes atualizado, para facilitar a cobrança de dívida ativa e diminuir a inadimplência (JUNIOR, 2010).

A dívida ativa, conforme Lei nº 4320, de 17 de março de 1964 (recepcionada pela Constituição Federal de 1988), é constituída por todos os créditos em favor da Fazenda Pública, que podem ser tributários ou não. O crédito público torna-se dívida ativa a partir do momento em que se esgotam os prazos fixados para a sua devida quitação. Esgotados estes prazos, cabe à Fazenda Pública abrir processos para cobrança administrativa e/ou judicial, visando recuperar estes créditos. Porém, a falta de controle, acompanhamento da arrecadação e cobrança, bem como a falta de procedimentos técnicos básicos, impedem que o ente federativo possa colocar em prática todo o seu potencial de arrecadação tributária (RIBEIRO, 2011). Sendo assim, a identificação de créditos tributários e o adequado encaminhamento administrativo e judicial para cobrança requerem uma capacidade administrativa por parte do órgão portador dessa responsabilidade.

A capacidade administrativa do governo pode ser compreendida como a presença de profissionais capacitados para encarregar-se das atividades referentes aos processos administrativos de arrecadação tributária, corrente e em atraso, como no caso da inscrição em dívida ativa. Para Giuberti (2010), as transferências do Fundo de Participação dos Estados aumentam a ineficiência dos governos estaduais, ou seja, contribuem para uma menor arrecadação, influenciando na arrecadação da dívida ativa em alguns dos estados brasileiros. Segundo essa pesquisa, a cobrança de créditos tributários não pagos (inscritos em dívida ativa) requer maior qualificação dos servidores públicos, pois a cobrança de créditos não pagos precisa de maior esforço da administração pública (GIUBERTI, 2010). Desta forma, são necessários métodos gerenciais adequados à estrutura da administração pública para melhorar a arrecadação e a fiscalização, através de capacitação dos servidores por meio de treinamento (RIBEIRO, 2011).

Diante do exposto, o problema científico que torna necessária a presente pesquisa visa investigar se: existe relação entre o estoque de créditos inscritos em dívida ativa e fatores econômicos dos municípios? Assim, esta pesquisa tem como objetivo investigar se o estoque de dívida ativa se relaciona com a Receita Orçamentária e com o Produto Interno Bruto (PIB) nos municípios do Espírito Santo. Para tal, os objetivos específicos desta pesquisa são:

- (i) identificar na literatura os principais fatores que influenciam no estoque da dívida ativa;
- (ii) descrever o estoque da dívida ativa, bem como a Receita Orçamentária e o PIB, dos municípios do estado do Espírito Santo;
- (iii) e compreender se indicadores econômicos como a Receita Orçamentária e o PIB influenciam no estoque da dívida ativa nos municípios do estado do Espírito Santo.

Esta pesquisa utiliza a técnica de escalonamento de forma original, ou seja, é a primeira pesquisa dentre a literatura encontrada que utilizou dessa técnica para análise dos dados como forma de agrupar os dados em dimensões, nas quais é possível atribuir significações a esses dados.

A metodologia desta pesquisa é descritiva, com abordagem quantitativa, utilizando-se a estatística e o método de regressão linear múltipla como instrumentos para seu desenvolvimento, na busca de estabelecer relações entre a variável dependente: estoque de dívida ativa e as variáveis independentes: PIB (Produto Interno Bruto), e Receita Orçamentária. Além disso, foi utilizada a técnica de escalonamento dos dados e aplicada a regressão linear múltipla com os resultados encontrados.

Para isso, serão levantados indicadores municipais, como o PIB e a Receita Orçamentária, através do sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para averiguar se existe relação destes com a oscilação do estoque da dívida ativa municipal. Outrossim, esta pesquisa baseia-se nas fragilidades da arrecadação e na potencial influência dos fatores econômicos. Problemas como (i) administração precária da cobrança e arrecadação de tributos como facilitador de fraude, inadimplência e sonegação fiscal, impedindo que essa receita seja utilizada para políticas públicas (RIBEIRO, 2011); (ii) o aumento de emissão de CDA's (Certidão de Dívida Ativa) como fator relevante para um município (POHL, 2014); e (iii) a gestão dos créditos inscritos em dívida ativa como uma dificuldade dos administradores públicos (ROSSI; WALDIR, 2016) serão discutidos ao longo da pesquisa e relacionados aos fatores econômicos, visando compreender como o estoque de dívida ativa se relaciona com fatores econômicos em municípios do Espírito Santo.

Nos capítulos seguintes são abordados, no referencial teórico a receita pública, dívida ativa, produto interno bruto conforme a literatura encontrada; em seguida é apresentada a metodologia da pesquisa,

onde são descritos os procedimentos metodológicos adotados para a concepção dos objetivos. Por conseguinte, são descritos e discutidos os resultados da pesquisa e por fim, a conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados os estudos e documentos que foram utilizados como base para a estruturação desta pesquisa. Primeiro, serão apresentados os conceitos e classificações de receita pública, posteriormente será apresentada a dívida ativa com seus respectivos sub tópicos e por fim, serão apresentadas pesquisas anteriores realizadas com o tema aqui estudado.

2.1 RECEITA PÚBLICA

A receita pública é definida como o conjunto de recebimentos financeiros e fatos geradores próprios, que têm origem na cobrança de tributos essenciais à administração pública (SILVA, 2009). A receita pública é recebida e administrada pelos entes federativos – União, Estados, Distrito Federal e Municípios-, e repassadas aos cidadãos brasileiros através da prestação de serviços públicos de saúde, educação, saneamento básico, cultura, esporte, lazer ou investimentos em áreas importantes para o crescimento da economia e desenvolvimento do país.

Estas receitas, segundo o Manual de Receita Nacional (2008), podem ser classificadas: quanto à entidade que a apropria, seja ela pública ou privada; quanto à dependência da execução orçamentária, sendo estas receitas resultantes de arrecadação, como no caso da receita obtida através da cobrança de tributos; e quanto à receita independente da execução orçamentária, como no caso da incorporação de bens e da inscrição em dívida ativa.

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que a receita precisa considerar normas técnicas e legais, além de condições econômicas e outros fatores. Isso implica o desenvolvimento da Lei Orçamentária Anual – LOA, que precisa ser acompanhada dos demonstrativos referentes aos exercícios anteriores e de projeções para exercícios futuros, além da metodologia utilizada para se chegar a eles (FIGUEIRÊDO; NÓBREGA, 2007).

Dentre os outros fatores a serem levados em consideração na elaboração da LOA, estão ainda os deveres gerenciais sobre a receita, uma vez que a administração pública precisa criar mecanismos para aumentá-la sem sobrecarregar o cidadão ou as empresas. As formas para se criar mecanismos de arrecadação da receita são regulamentadas na Lei de Diretrizes Orçamentária, que orienta a elaboração do orçamento e dispõe sobre a alteração nas leis tributárias, além de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras de fomento e cria metas e prioridades para o próximo exercício (JUSTIÇA FEDERAL, 2007).

2.2 DÍVIDA ATIVA

A dívida ativa é uma receita corrente e fonte de recursos diferida, com origem na falha da arrecadação e no acompanhamento da cobrança. Quando a fragilidade de arrecadação se encontra em arrecadar dentro do exercício de cobrança de um tributo, é possível que haja perda desse crédito público, uma vez que essa fragilidade na arrecadação pode estar presente também na equipe de cobrança de dívida ativa, já que é feita pelo mesmo órgão – a Fazenda Pública (OLIVEIRA, 2013).

Segundo a Lei nº 4320, de 17 de março de 1964 (recepcionada pela Constituição Federal de 1988), que trata do conceito de Dívida Ativa Tributária: crédito da Fazenda Pública originário de obrigação legal referente a tributos e possíveis adicionais e multas e Não Tributária, que corresponde aos demais créditos da Fazenda Pública advindos de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, etc (MCASP, 2018).

Constitui dívida ativa tributária, de acordo com o Art. 201 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita pela fazenda pública depois de esgotado o prazo fixado pela lei ou decisão tomada em processo regular para pagamento (MCASP, 2018).

Observam-se os direitos de recebimento do crédito da fazenda pública levando-se em consideração as peculiaridades normativas. Ou seja, é analisado o prazo da dívida, desde a ocorrência do fato gerador da obrigação, passando pelos prazos decadencial e prescricional de cinco anos cada até as ações judiciais de cobranças administrativas e execuções, quando forem feitas (SANTOS; ROSSI, 2016).

Somente a Administração direta, autarquias e fundações instituídas ou mantidas pelo poder público podem cobrar e arrecadar e exigir a dívida ativa. Logo, empresas como fundações e sociedades de economia mista, que são regidas pelo direito privado não podem exigir a dívida ativa (TOLEDO, 2013).

A execução da dívida ativa se dá em três estágios: o lançamento, a arrecadação e o recolhimento. O lançamento da dívida ativa é descrito no Art. 142 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, denominada Código Tributário Nacional, como

[...] o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, sendo o caso, propõe a aplicação da penalidade cabível. Uma vez ocorrido o fato gerador, procede-se ao registro contábil do crédito tributário em favor da fazenda pública [...].

A Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980 dispõe em seu art. 2º, inciso 3º diz que a inscrição em dívida ativa será feita pelo órgão competente para apuração da liquidez e certeza do crédito da fazenda pública.

A arrecadação da dívida ativa se dá no contexto do crédito tributário, em que a fazenda pública verifica a procedência do crédito fiscal e seu devedor e inscreve o débito. É aplicado a taxas, impostos e contribuições de melhoria.

Lima e Severo (2016), em seu trabalho Uma Discussão sobre a Natureza Contingente e Critério de Reconhecimento da Dívida Ativa da União, menciona o intuito do Governo Federal de melhorar a recuperação desses débitos inscritos implantando programas, periodicamente, de renegociação de dívida ativa. Os autores destacam, porém, que o resultado não chega a ser significativo.

Existem duas formas de arrecadação: a denominada natural que ocorre quando há o crescimento da economia, em que o Produto Interno Bruto (PIB) não varia e a inflação não promove modificação no preço dos produtos; e a arrecadação como resultado de ação fiscal, que ocorre quando o contribuinte não cumpre com suas obrigações fiscais e a administração pública precisa cobrar por meio de processos administrativos e judiciais para recuperar o crédito que lhe é cabido (RIBEIRO, 2010).

O recolhimento, conforme dispõe o MCASP (2018) e determina o art. 56 da Lei no 4.320, de 1964, nada mais é que a transferência do valor arrecadado à conta do Tesouro, observando-se o princípio da unidade de tesouraria. Logo, a Lei supracitada veda qualquer tipo de fragmentação para criação de caixas especiais para a arrecadação. A cobrança do crédito público pode ser feita amigavelmente para posterior encaminhamento à inscrição em dívida ativa e consecutivamente, execução fiscal (GOUVEIA, 2005).

O art. 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que lhe são requisitos essenciais à instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Portanto, a cobrança do crédito público deve ser feita administrativamente e, quando a esta não for cabível ou suficiente, é feita a cobrança judicial. Isso pode ser observado no Art. 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe:

A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.

O art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe sobre o dever da Fazenda Pública em organizar a arrecadação criando metas bimestrais, especificando a quantidade de ações e valores ajuizados para cobrança de dívida ativa e a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

A ocorrência da falta de cobrança da Dívida Ativa estimula a inadimplência, impede o recebimento dos créditos tributários e não tributários pertencentes ao poder público e aumenta a inércia deste, que gera impressão de impunidade (OLIVEIRA; SANTOS, 2013).

A importância da análise da gestão da dívida ativa é justificada por dois motivos: a política de cobrança da dívida ativa é fundamentalmente dependente da equipe de arrecadação e tributação e o fato de que atraso em excesso na quitação da dívida junto à fazenda municipal pode indicar um elevado grau de insatisfação dos contribuintes (TREVISAN *et al.*, 2008).

Nesta pesquisa serão apresentados alguns fatores que serão relacionados com o estoque de dívida ativa. São eles: PIB (Produto Interno Bruto); Receita Orçamentária.

2.3 INDICADORES ECONÔMICOS

Nesta pesquisa são utilizadas duas variáveis, a Receita Orçamentária e o Produto Interno Bruto, a fim de se compreender como se dá a relação entre elas e a o Estoque de Dívida Ativa. Para isso, é preciso entender o que são essas variáveis e suas funcionalidades na economia do país. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços produzidos por determinado período de tempo em uma economia. Portanto, trata-se do valor adicionado bruto originado a partir de todas as atividades econômicas do país: Industrial (construção civil, extração mineral, transformação e serviços industriais de utilidade pública); serviços (transporte, comércio, comunicação, serviços da administração pública e outros serviços) e Agropecuária (extração vegetal, agricultura e pecuária). Para Boullosa e Araújo (2009), o Produto Interno Bruto (PIB) é um índice macroeconômico para mensurar as atividades econômicas de certa localidade, sendo municipal, regional, estadual ou federal durante um período que pode ser mensal, trimestral e anual. A Receita orçamentária municipal representa a capacidade de geração de receitas do município e é o valor total arrecadado em serviços, tributos, transferências, contribuições, entre outros (CRUZ *et al.*, 2010). Andrade (2007) explica que a receita orçamentária se divide em Corrente e de Capital, sendo que a primeira corresponde às receitas tributárias, de contribuições, serviços, industriais, dentre outras. A segunda, de capital, corresponde àquelas cujos recursos financeiros foram recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, ou que sejam recebidas através de recursos financeiros de constituição de dívida.

2.4 PESQUISAS ANTERIORES

A dívida ativa tem sido investigada por vários autores como forma de encontrar soluções para a falha na arrecadação e na cobrança dos créditos públicos. Bogoni, Hein, Beuren (2011) discutem a relação entre o crescimento econômico, considerando o Produto Interno Bruto (PIB) e as variáveis que compõem os gastos públicos (gastos em saúde e saneamento, gastos municipais em educação e cultura, conjunto de investimentos no município, gastos com habitação e gastos com assistência e

previdência) das maiores cidades da região Sul do Brasil. Na pesquisa é levantada a reflexão de que, quanto maiores os gastos públicos, maior deve ser a arrecadação por parte do município. Logo, a receita é extremamente importante para que haja equilíbrio do financeiro, visto que, quanto menor a arrecadação em tempo corrente, ou seja, antes de esgotados os prazos para pagamento dos tributos, maior será o estoque de dívida ativa da fazenda pública, que, se não arrecadado antes do período prescricional e decadencial, poderá provocar grande desequilíbrio no patrimônio público.

Na pesquisa dos autores supracitados, vê-se como é importante para o município evitar que o débito precise ser inscrito em dívida ou ao menos melhorar o sistema de arrecadação e cobrança de dívida ativa. Dalmonech, Teixeira, Sant'Anna (2011), por sua vez, realizaram uma pesquisa correlacionando o crescimento do PIB, variável discutida neste estudo, com o estoque de dívida ativa nos Estados Brasileiros. Verificando o impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sobre o índice de Despesas Líquidas de Pessoal do Poder Executivo dos estados brasileiros, pôde-se perceber um impacto negativo da Lei no desenvolvimento econômico, já que favoreceu os Estados com menor desenvolvimento econômico e prejudicou os Estados com maior desenvolvimento econômico, resultando em redução de investimentos em infraestrutura e gastos sociais e em aumento de alíquotas e taxas. Soares, Gomes e Toledo Filho (2011) mostraram em sua pesquisa, investigando a relação entre o valor proveniente da arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e as transferências governamentais da cota-parte do ICMS repassada pelo estado aos municípios, a importância do tributo nos orçamentos públicos e política fiscal, principalmente em se tratando de municípios de pequeno porte, os quais se encontram grandiosamente dependentes dessa transferência intergovernamental. Logo, essa arrecadação e transferência de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para os municípios visa o aumento do desenvolvimento regional e da eficiência do sistema tributário. Pode-se perceber também como a não arrecadação e a não transferência desses impostos aos municípios podem ser determinantes para o insucesso fiscal e crescimento econômico, que afetará o resultado do Produto Interno Bruto.

Scarpin e Slomski (2007) mostram como a arrecadação é importante e como o papel da controladoria pública é essencial para promover o desenvolvimento de mecanismos para se atingir o melhor resultado econômico e de desenvolvimento humano dos municípios. Para o cálculo do IDH, Scarpin e Slomski (2007) mostram que é necessário ter dados de índices como índice de esperança de vida, educação e PIB. Isso porque o desenvolvimento humano de um município é impactado pelas despesas e receitas públicas, tornando-se assim de extrema importância, como já demonstrado em outras pesquisas, o gerenciamento das contas públicas. O gerenciamento, por sua vez, implica na criação de políticas de treinamento e especialização do funcionalismo público – em especial as fazendas públicas-, como forma de potencializar a arrecadação, abrandar a inscrição de créditos em dívida ativa e buscar o controle eficiente por parte das controladorias. Rossi, Santos (2016) concordam que a má gestão da cobrança de dívida ativa é fator importante para o crescimento do estoque de dívida ativa e

apresentaram outro fator importante: os trâmites legais. Estudando a provisão para perdas com dívida ativa como variável dependente e as contas patrimoniais tributária e não tributária como variáveis independentes, buscaram uma correlação entre os saldos apresentados pelo Rio de Janeiro nos balancetes mensais consolidados. Observou-se 58,81% de correlação entre a variável dependente e as variáveis independentes e que os registros de estoque de dívida ativa tributária e não tributária sofrem variações quase que proporcionais.

Tabela 1

Referências	Objetivos	Metodologia	Achados da Pesquisa
Severo, Lima (2016)	Apresentar uma discussão sobre a natureza contingente e o critério de reconhecimento da DAU.	Caráter exploratório	Reconhecimento do ativo nos demonstrativos contábeis possui como condição a expectativa por geração de benefícios econômicos ou potenciais futuros e a dívida ativa com incerteza de recebimento.
Rossi, Santos (2016)	Analisar a sensibilidade existente entre as variáveis Dívida Ativa Tributária, Dívida Ativa não Tributária e Provisão para Perdas de Dívida Ativa.	Documental, bibliográfica e quantitativa, utilizando estatística.	O consumo do estoque de dívida ativa se dá também por meio de incentivos fiscais de remissões e anistia visando à liquidação dos débitos.
Bogoni, Hein, Beuren (2011)	Investigar a relação entre PIB e as variáveis que compõem os gastos públicos.	Descritiva, com abordagem quantitativa e corte seccional.	A importância de o município evitar a inscrição de débitos em dívida ativa ou ao menos melhorar o sistema de arrecadação e cobrança de dívida ativa.
Dalmonech, Teixeira, Sant'Anna (2011)	Verificar o impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sobre o índice de Despesas Líquidas de Pessoal do Poder Executivo dos estados brasileiros.	Análise estatística multivariada.	LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) com impacto negativo no crescimento econômico.
Soares, Gomes, Toledo Filho (2011)	Investigar a relação entre o valor proveniente da arrecadação de ICMS e as transferências governamentais da cota-parte do ICMS repassada pelo estado aos municípios.	Descritiva, com abordagem quantitativa e corte seccional.	A importância do tributo na política fiscal e nos orçamentos públicos, especialmente nos municípios de menor porte, que são dependentes em boa parte dessa fonte de recurso.
Scarpin e Slomski (2007)	Apontar uma modelagem matemática para determinar o valor futuro do IDH-M para os municípios do Paraná	Explicativa, quantitativa-qualitativa	A importância da arrecadação e do papel da controladoria pública para promover o desenvolvimento de mecanismos e atingir o melhor resultado de desenvolvimento econômico e humano dos municípios.
Santos (2011)	Compreender e explicar, a partir de um estudo empírico, por que a recuperação do crédito inscrito na Dívida Ativa da União é tão baixa.	Descritiva, quantitativa	A importância da transparências nas finanças públicas no Brasil, como forma de melhorar a arrecadação de Dívida Ativa.

Bremaeker (2014)	Investigar se existe relação entre a dívida ativa e a receita orçamentária.	Descritiva, quantitativa	Aumento do valor da dívida ativa na medida em que aumenta a Receita orçamentária.
------------------	---	--------------------------	---

3 RECURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos aplicados nesta pesquisa para que se pudesse alcançar os objetivos geral e específicos. Primeiramente são apresentados os objetivos da pesquisa, assim como as variáveis que serão estudadas. Posteriormente é apresentado o método utilizado, além de como se deu a coleta dos dados. Depois é apresentado modelo matemático e, por fim, os procedimentos de análise dos dados coletados.

O objetivo da pesquisa é compreender como o estoque de dívida ativa se relaciona com fatores econômicos, Produto Interno Bruto e Receita Orçamentária, em municípios do Espírito Santo no ano de 2015.

A metodologia desta pesquisa é descritiva, pois tem como principal finalidade estabelecer relações entre variáveis, podendo até mesmo explicar os fenômenos explicados mesmo não tendo esse compromisso (Vergara, 2000). Além disso, a pesquisa pode ser classificada também com a abordagem quantitativa, pois caracteriza-se pela utilização de instrumentos estatísticos. Tem-se a preocupação de medir e quantificar objetivamente os resultados encontrados na investigação, organizando-os em dados estatísticos para posterior análise (RAUPP; BEUREN, 2003).

A metodologia descritiva, como o próprio nome já sugere, é a que descreve um fenômeno e registra a maneira que ocorre (HYMANN, 1967).

A pesquisa quantitativa utiliza técnicas estatísticas tanto na coleta quando no processamento dos dados, tendo por objetivos resultados difíceis de serem distorcidos por interpretação, o que gera maior confiabilidade (DIEHL, 2004).

Para se obter resultados precisos de um estudo estatístico é necessário que se cumpram algumas etapas como a identificação do problema, o planejamento do estudo, a coleta dos dados, a apresentação dos dados coletados, a análise dos dados apresentados e a interpretação desses dados coletados e apresentados (SANTOS, 2018).

O método escolhido é explicado pela busca de estabelecer relações entre a variável dependente: estoque de dívida ativa, e as variáveis independentes, Receita Orçamentária, conforme pesquisa realizada por Bremaeker (2014), que investigou essa relação entre as variáveis, e PIB (Produto Interno Bruto), conforme pesquisa realizada por Bogoni, Hein, Beuren (2011), na qual é investigada a relação existente entre o crescimento econômico, considerando o Produto Interno Bruto (PIB), e as variáveis

que compõem os gastos públicos (gastos em saúde e saneamento, gastos municipais em educação e cultura, conjunto de investimentos no município, gastos com habitação e gastos com assistência e previdência) das maiores cidades da região Sul do Brasil.

Os indicadores econômicos apresentados nesta pesquisa foram selecionados baseando-se na atualidade de informações, nos dados disponíveis e também na literatura. Os indicadores PIB e Receita Orçamentária são utilizados na presente pesquisa como variáveis independentes e o Estoque de Dívida Ativa como variável dependente. Os dados serão coletados no sítio eletrônico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), correspondendo aos 77 municípios do Estado do Espírito Santo, no ano de 2015, sendo eliminado o município de Vila Valério por indisponibilidade de dados. Vale ressaltar também que os dados coletados do estoque de dívida ativa, da receita orçamentária e do produto interno bruto foram simplificados, sendo apresentados neste estudo por seu valor multiplicado por 1000.

Essas relações entre as variáveis dependente e independente estão estabelecidas em pesquisas anteriores, que estão citadas na tabela 1, do capítulo de revisão da literatura.

A análise se dará utilizando-se a estatística, o escalonamento utilizando logaritmo de base 10 (LOG_{10}) e o método de regressão linear múltipla como instrumentos para seu desenvolvimento, documentos publicados e pesquisa bibliográfica sobre o tema estudado.

A regressão linear múltipla é uma técnica que utiliza duas ou mais variáveis com o objetivo de se obter uma relação matemática entre a variável dependente, que neste estudo é representada pelo estoque de dívida ativa, e as variáveis independentes, representadas pelas variáveis: PIB (Produto Interno Bruto) e Receita Orçamentária.

O método de regressão linear múltipla é importante para que seja feita a determinação de uma equação que possa representar o comportamento da variável dependente – dívida ativa e variáveis independentes – Receita Orçamentária e Produto Interno Bruto (PIB).

Além das metodologias aplicadas, foi utilizada a técnica de escalonamento dos dados coletados, como forma de analisar a discrepância apresentada na estatística descritiva.

O Escalonamento é uma técnica que permite agrupar os dados em dimensões, colocando-os em referenciais, nos quais é possível atribuir significações. Essa técnica é mais utilizada para tratar discrepâncias de dados (PEREIRA, 1997).

Para adequação da regressão à presente pesquisa, o modelo foi reformulado levando em consideração as variáveis utilizadas. Sendo assim representado:

$$Y_i = \alpha + \beta_{Ro} + \gamma_{Pib}$$

Onde,

Y_i será representada nesta pesquisa como a variável dependente, ou seja, o Estoque de Dívida Ativa; α será o coeficiente de interseção o modelo matemático; R_o representará a variável independente Receita Orçamentária e Pib representará a variável independente PIB (Produto Interno Bruto).

Para analisar os dados coletados, serão utilizados dois procedimentos: estatísticas descritivas e regressão linear múltipla. Ambos os procedimentos foram realizados utilizando-se o Excel e suas ferramentas de análise de dados de regressão e análise de dados de estatísticas descritivas.

Para confiabilidade dos resultados da pesquisa, foram extraídos os dados referente ao município Vila Valério, por falta de informações para sua inclusão na pesquisa. Além disso, foi feita a determinação da significância das variáveis através da regressão linear múltipla, mostrando o quanto cada variável pode ser influenciar a variável dependente utilizada. Por fim, foi utilizado o método de escalonamento com a aplicação do logaritmo de base 10 (LOG_{10}), em virtude da discrepância dos dados encontrados na aplicação da estatística descritiva representados na tabela 2, e aplicada a regressão dos dados encontrados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos através das estatísticas descritivas. Posteriormente será apresentado o gráfico de dispersão dos dados e, por fim, os dados obtidos através da utilização da regressão linear múltipla.

Tabela 2

Estatísticas das Variáveis Investigadas

Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	
Dívida Ativa	R\$ 1.628,283	R\$ 164,82	R\$ 4.346,442	R\$ 9,62	R\$ 22.534,73	(x 1000)
Receita Orçamentária	R\$ 146.925,405	R\$ 57.718,29	R\$ 263.686,4262	R\$ 18.471,55	R\$ 1.650.101,82	(x 1000)
PIB	R\$ 1.543.153,589	R\$ 328.301,36	R\$ 3.680.156,517	R\$ 53.942,92	R\$ 23.060.736,18	(x 1000)

Fonte: os autores.

A diferença existente entre média e mediana na receita orçamentária demonstram que existem poucos municípios que têm um valor tão expressivo que ao calcular a média, o número é elevado. Porém, quando os valores de cada município são colocados lado a lado em forma crescente, percebe-se que a mediana é muito baixa. Isso indica que os valores mais altos da dívida ativa, da receita orçamentária e

estão concentrados em poucos municípios. O desvio-padrão reforça esse fato, mostrando a falta de uniformidade dos dados e sua distância da média. Outra fator a ser analisado é a distância existente entre mínimo e máximo, que é, assim como a diferença entre a média e mediana, muito considerável. É possível perceber que em muitos municípios o valor mínimo tanto de receita orçamentária são muito baixas em relação ao valor máximo, indicando mais uma vez que existe uma discrepância considerável entre os valores demonstrados pelos municípios.

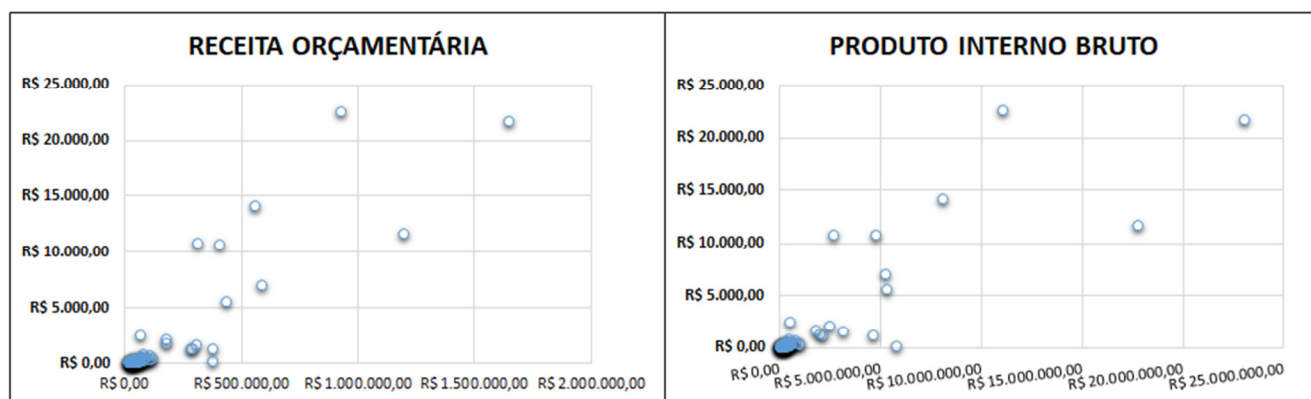
Analisando os valores estatísticos referentes ao Produto Interno Bruto (PIB), percebe-se que a discrepância entre média e mediana é ainda maior. Isso significa que existem poucos municípios com um PIB tão alto, que eleva a média para um valor também muito alto. Logo, como a maior parte dos municípios do Espírito Santo possuem não tão alto, o valor central entre eles também não será alto. Esse fato pode ser observado e confirmado na tabela através desvio-padrão, que está muito distante de zero, mostrando que os valores não estão próximos da média, e do valor máximo e valor mínimo, onde se observa uma discrepância muito grande entre eles.

Analisando-se também o estoque de dívida ativa, pode-se perceber que segue a mesma linha de raciocínio discutida nos dados estatísticos da receita orçamentária e produto interno bruto. Existem poucos municípios com o estoque de dívida ativa muito alto, que será melhor explicado na análise da regressão linear múltipla, o que faz com que a média fique muito alta e a mediana muito baixa, já que a maior parte dos municípios possuem estoque de dívida ativa baixa, com relação a esses que se destacam por seu alto valor de dívida ativa. Essa discrepância é percebida e confirmada através do desvio-padrão, que está muito distante de zero, mostrando que os valores não estão próximos da média, e dos valores mínimo e máximo da estatística, que são os mais consideráveis dos valores apresentados na tabela em se tratando de máximo e mínimo.

Para enfatizar a contexto discutido anteriormente com a análise das estatísticas descritivas, foi elaborado o seguinte gráfico de dispersão:

Figura 1

Gráfico de Dispersão



Fonte: os autores.

As equações e os valores de R^2 gerados a partir do gráfico de dispersão das variáveis independentes Receita Orçamentária e PIB são, respectivamente, $y = 0,0146x - 542,47$; $y = 0,001x + 35,871$; e $R^2 = 0,7894$ e $R^2 = 0,7475$. Optou-se por visualizar os dados unitários para se ter uma melhor análise de como cada variável impacta de forma intensa e individual o estoque de dívida ativa.

Através do gráfico apresentado é possível observar com mais clareza o distanciamento dos dados dos municípios do Espírito Santo. Os municípios cujos dados coletados foram valores de receita orçamentária são apresentados no gráfico do lado esquerdo da figura 1, no qual pode-se perceber que os municípios com valores mais altos encontram-se dispersos no gráfico, enquanto os demais, com valores de receita orçamentária mais baixos são observados em conjunto, aglomerados no início de onde seria a reta linear, caso fosse traçada. Já os municípios cujos dados coletados foram referentes ao produto interno bruto são representados no gráfico ao lado direito da figura 1, no qual pode-se perceber que os municípios com PIB muito elevado encontram-se dispersos no gráfico, enquanto os demais encontram-se aglomerados próximos ao eixo x, reforçando mais uma vez o fato de que poucos municípios detêm valores tão altos em relação ao PIB, demonstrado também nas estatísticas descritivas.

Para que se faça uma utilização adequada da regressão de mínimos quadrados ordinários, é preciso que se atenda aos pressupostos, produzindo, assim, o estimador linear menos enviesado. Kennedy (2009) e Lewis-Beck (1980) destacaram que as pesquisas precisam partir dos pressupostos de que (i) deve-se existir uma relação linear entre as variáveis independentes e a variável dependente; (ii) não houve erros na coleta das variáveis; (iii) expectativa da média do termo de erro é igual a zero; (iv) a variância do termo de erro é constante para os diferentes valores da variável independente, ou seja, homocedasticidade; (v) exista a ausência de independência, auto correlação, dos termos de erros entre si; (vi) a variável independente não deve ser correlacionada com o termo de erro; (vii) nenhuma variável considerada relevante para explicar Y não foi adicionada ao modelo e nenhuma variável considerada irrelevante para explicar a variável Y foi incluída no modelo; (viii) as variáveis independentes não apresentam multicolinearidade, ou seja, alta correlação; (ix) o termo de erro tem uma distribuição normal e; (ix) há uma proporção adequada entre o número de parâmetros e o número de casos estimado.

Com a aplicação dos dados coletados na análise de dados de regressão no Excel obteve-se os seguintes resultados em relação à significância das variáveis propostas para o estudo:

Tabela 3

Resultados da Regressão

Variáveis Independentes		Regressão			
		Coefficiente	P- Valor	Inferior 95,0%	Superior 95,0%
Interseção		-971,0723298	0,00470704	-1634,9087	-307,236
Contextuais	Receita Orçamentária	0,0267776	0,00003157	0,01474133	0,039
	PIB	-0,0008778	0,04605420	-0,00173974	-1,578
Total de observações		77		R ² = 80%	

Fonte: os autores.

Os resultados obtidos através da regressão linear múltipla, conforme se observa na tabela 3, demonstram que existem evidências de que as variáveis independentes estão relacionadas com o Estoque de Dívida Ativa, uma vez que o p-valor é menor que 0,05. Além disso, o R² ajustado mostra que a relação é forte, em torno de 80%. Sendo assim, há evidências de que as duas variáveis independentes – receita orçamentária (0,00) e produto interno bruto - PIB (0,046) – estão relacionadas com a variável dependente - Estoque de Dívida Ativa.

Com a aplicação da regressão, pode-se identificar que existe uma relação significativa entre o estoque de dívida ativa e a receita orçamentária. É uma relação positiva, ou seja, aumentando a receita orçamentária há uma influência positiva no estoque de dívida ativa, assim como se observa em estudos anteriores que investigaram a relação entre a receita orçamentária e a dívida ativa que encontraram resultados similares a estes. Tais como:

Quando Bremaeker (2014) investigou essa relação, descobriu que, assim como neste estudo, há uma real influência positiva entre as variáveis. Bremaeker identificou o aumento do valor da dívida ativa na medida em que aumenta a receita orçamentária, levando em consideração que os municípios não exploram todo o seu potencial arrecadatório – exceto municípios da região Sul do país, que mostraram-se eficientes na arrecadação. Em seu artigo “Os Municípios Bilionários em 2018”, Bremaeker (2019) apresenta os municípios de Vitória, Vila Velha e Serra como municípios pertencentes à lista dos bilionários de acordo com a receita orçamentária apresentada por esses municípios no ano de 2018. Esses três municípios fazem parte dos cinco mais populosos do Espírito Santo e que também apresentaram, no ano de 2015, os maiores valores de estoque de dívida ativa – juntamente com Anchieta, Cachoeiro de Itapemirim e Cariacica. Esse fato pode ser explicado por fatores econômicos como o tamanho da população, por exemplo, que foi discutida na pesquisa de Bremaeker (2014). Para Soares, Gomes, Toledo Filho (2011), que voltaram sua pesquisa para investigar a relação entre o valor proveniente da arrecadação de ICMS oriundo do movimento econômico dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e as transferências governamentais da cota-

parte do ICMS repassada pelo governo estadual aos municípios, identificaram uma queda do repasse e também uma queda na dependência desse tributo no período de 2004 a 2007, que pode ser explicado pelo esforço fiscal que o município estudado fez para aumentar suas receitas, segundo os autores. Seguindo a mesma linha de pesquisa, Scur, Neto (2011) diagnosticaram qualitativa e quantitativamente a dependência apresentada pelo Município de Canela referente às receitas de transferências advindas do Estado do Rio Grande do Sul e do Governo Federal. As principais receitas próprias apresentadas pelos resultados da pesquisa são referentes ao IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e outras receitas correntes, podendo-se supor que o município possui um baixo aproveitamento de seu potencial arrecadatório. Sousa (2018), em sua pesquisa identificou um aumento na arrecadação de IPTU entre os anos de 2012 e 2017. Em contrapartida, observou que o índice de inadimplência é tão expressivo a ponto de inviabilizar melhorias na condição de vida da população do município. Além disso, outro problema levantado é a falta de inscrição do crédito da fazenda pública municipal em dívida ativa, demonstrando que, apesar de ter aumentado a arrecadação em tempo corrente, a administração pública deve se atentar a outras formas de arrecadação, como a da dívida ativa, que deve sempre ser inscrita para que não haja perda do crédito municipal.

Além da relação percebida entre receita orçamentária e o estoque de dívida ativa, pode-se perceber que existe uma forte relação entre o produto interno bruto (PIB) e o estoque de dívida ativa (0,046). É uma relação negativa (-0,0008778), diferentemente da receita orçamentária e demonstra que quanto maior for o produto interno bruto, menor poderá se tornar o estoque de dívida ativa. Esse fato se observa de forma oposta em estudos anteriores que investigaram a relação do PIB com o estoque de dívida ativa, que obtiveram resultados diferentes destes. Lima Filho, Peixe (2018) também utilizaram a regressão para verificar a relação entre indicadores econômicos, sendo um deles a produto interno bruto (PIB), com o volume do estoque de dívida ativa com a receita a ser arrecadada pelos Municípios Paranaenses no período de 2010 a 2015. Com a pesquisa, perceberam que realmente existe uma correlação entre as variáveis, porém de forma positiva. Resultado esse que, segundo os autores, pode ser utilizado pela administração pública na busca por melhorias no sistema de arrecadação e cobrança. Santos (2001), por sua vez, mediu o alto crescimento da inadimplência no pagamento de tributos a partir da relação do Estoque de Dívida Ativa com o PIB, e, levando em consideração o momento de implementação da política de equilíbrio fiscal, em que se pode melhorar os instrumentos da gestão pública, percebeu ser incompreensível esse aumento. Os resultados da pesquisa demonstram que é difícil a cobrança dos créditos inscritos em Dívida Ativa da União devido à vários fatores, de ordem técnica e política, que interferem no processo de arrecadação e cobrança do crédito. Para Costa et al (2018) os resultados encontrados demonstram ser o PIB o melhor determinante dos recursos tributários municipais. Segundo os autores, tal resultado permite afirmar que se a administração pública obtiver PIB crescentes, estará mais propenso a ter uma maior arrecadação dos seus tributos. Ainda segundo os autores, a maior parte dos municípios brasileiros apresenta PIB baixos e não possuem concentração de

riquezas, o que os torna dependentes no quesito financeiro e orçamentário dos recursos governamentais. Na pesquisa elaborada por Bogoni, Hein, Beuren (2011), é investigada a relação existente entre o crescimento econômico, considerando o Produto Interno Bruto (PIB), e as variáveis que compõem os gastos públicos (gastos em saúde e saneamento, gastos municipais em educação e cultura, conjunto de investimentos no município, gastos com habitação e gastos com assistência e previdência) das maiores cidades da região Sul do Brasil, mostrando que, quanto maiores os gastos públicos, maior deve ser a arrecadação do ente federativo, seja ela em receita corrente ou receita derivada de créditos inscritos em dívida ativa.

Com a aplicação do escalonamento dos dados coletados e aplicada a regressão, obteve-se um novo resultado, que pode ser verificado na tabela 4, na qual RCLOG representa a receita orçamentária e PIBLOG representa o produto interno bruto.

Tabela 4

Resultados da Regressão após Escalonamento

Variáveis Independentes		Regressão			
		Coefficiente	P- Valor	Inferior 95,0%	Superior 95,0%
Interseção		-5,171754113	0,00000000004	-6,504428589	-3,8390796
Contextuais	RCLOG	1,314312639283	0,068379654	-0,10165529336	2,73028058
	PIBLOG	0,196896092443	0,7096426829787	-0,8527384253	1,24653061
Total de observações		77		R ² = 76%	

Fonte: os autores.

Os resultados obtidos através da regressão linear múltipla aplicada com os dados escalonados, conforme se observa na tabela 4, demonstram que existem evidências de que a variável independente receita orçamentária está relacionada com o Estoque de Dívida Ativa, uma vez que o p-valor é menor que 0,1, sendo considerada significativa ao nível 0,1 (90%). O R² ajustado mostra que a relação é forte, em torno de 76%, porém, com menos intensidade que o R² anterior, de 80%. O Produto Interno Bruto, porém, não apresenta significância de correlação, uma vez que seu p-valor é maior que 0,1, estando fora da significância ao nível 0,1. Sendo assim, há evidências de que uma das variáveis independentes – receita orçamentária (0,06)- está relacionada com a variável dependente - Estoque de Dívida Ativa.

Com a aplicação da regressão, pode-se identificar que existe uma relação significativa entre o estoque de dívida ativa e a receita orçamentária. É uma relação positiva, assim como demonstrado anteriormente na tabela 3. Ou seja, aumentando a receita orçamentária há um aumento no estoque de

dívida ativa, assim como se observa em estudos anteriores que investigaram essa relação entre as variáveis, receita orçamentária e estoque de dívida ativa, e que encontraram resultados semelhantes a estes, que foram demonstrados anteriormente. Logo, a aplicação do escalonamento pôde confirmar o resultado anterior de que a receita orçamentária se relaciona positivamente com o estoque de dívida ativa. Em contrapartida, a aplicação do escalonamento contraria o resultado anterior de que a variável independente, produto interno bruto, tem influência sobre o estoque de dívida ativa. O resultado anterior mostrou que o PIB possui uma influência negativa sobre o estoque de dívida ativa, enquanto pesquisas confirmaram a relação positiva entre as variáveis. Não obstante, o resultado aqui encontrado a partir do escalonamento mostra a não correlação entre as variáveis, ou seja, com o p-valor maior que 0,1, que é o máximo aceitável para identificar a significância da influência de uma variável, tem-se que o PIB não influencia o estoque de dívida ativa.

Com base nos resultados seria possível supor que quanto maior é o potencial arrecadatório do município, tais como pode-se inferir na receita orçamentária, maiores são as chances de inadimplências e aumento do estoque de dívida ativa, ou seja, quanto maior o número de ocorrências do fato gerador da obrigação correspondente, mais cálculos do montante dos tributos devidos serão feitos, depois da determinação da matéria tributável, mais identificações dos respectivos sujeitos passivos serão efetuadas e, por fim, mais procedimentos de registro contábil do crédito tributário em favor da fazenda pública serão concluídos. Logo, quanto mais créditos gerados, maior a probabilidade de inadimplementos. Todavia, os resultados desse estudo não esclarecem essa relação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto econômico atual dos entes federativos, marcado pela escassez de recursos econômicos e financeiros, cabe à administração pública captar recursos, maximizando suas receitas e minimizando a inadimplência, para que o Estado possa prover, assim como determina a Constituição Federal, os direitos fundamentais do ser humano (BRASIL, 1990). Uma gestão tributária ineficiente contribui para a inadimplência, a sonegação fiscal e a fraude, que acabam não permitindo que tais receitas sejam utilizadas para promover políticas públicas para a sociedade (RIBEIRO, 2011).

A presente pesquisa analisou os fatores que influenciam no comportamento do estoque de dívida ativa nos municípios do Espírito Santo no ano de 2015. A justificativa para esta pesquisa encontra-se no fato de que estudos voltados para a eficiência da Fazenda Pública têm mostrado o quão as receitas decorrentes da arrecadação da dívida ativa são importantes para a fazenda pública.

A metodologia desta pesquisa é descritiva e quantitativa. O método escolhido é explicado pela busca de estabelecer relações entre a variável dependente: estoque de dívida ativa, e as variáveis independente, PIB (Produto Interno Bruto). Utilizou-se a regressão linear múltipla, a estatística descritiva e a técnica de escalonamento de dados com aplicação da regressão para análise dos dados.

Os achados desta pesquisa comprovam que o objetivo do estudo foi alcançado, uma vez que se identificou a relação positiva existente entre a variável dependente, o estoque de dívida ativa, e as variáveis independentes, receita orçamentária e produto interno bruto. O escalonamento de dados com aplicação da regressão, porém, demonstrou a correlação entre a receita orçamentária e a variável dependente e a não correlação entre o PIB e a variável dependente, estoque de dívida ativa.

Com base nos resultados seria possível supor que quanto maior é o potencial arrecadatório, tais como pode-se inferir com base na receita orçamentária, do município maiores são as chances de inadimplências e aumento do estoque de dívida ativa, ou seja, quanto mais créditos gerados, maior a probabilidade de inadimplementos. Todavia, os resultados desse estudo não esclarecem essa relação, sendo essa relação uma das proposições para estudos futuros aprofundá-lo.

6 REFERÊNCIAS

- ANDRADE, N. A.. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.
- BRASIL. [Constituição (1998)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BREMAEKER, François E. J. de. Os Municípios Bilionários em 2018. Rio de Janeiro, out/2019. Disponível em <http://www.oim.tmmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/1D26784B-B11B-0D51-70E179F5F9B041FF05102019122229.pdf&i=3152>. Acesso em out/2019.
- BREMAEKER, François E. J. de. Desempenho das finanças dos grupos de municípios de maior vulnerabilidade em 2014. Rio de Janeiro, out/2019. Disponível em <http://www.oim.tmmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/D2BD2E0D-9B89-291D-D68F4C78DE6213A404042016122408.pdf&i=3030>. Acesso em out/2019.
- BOGONI, N. M.; HEIN, N.; BEUREN, I. M. Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 1, p. 159-179, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n1/v45n1a08.pdf>>. Acesso em out/2019.
- BOULLOSA, Rosana de Freitas; ARAÚJO, Edgilson Tavares. Avaliação e monitoramento de projetos sociais. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.
- COSTA, Dennis Ferreira da; ARAÚJO, Ronaldo José Rêgo de; NOBRE, Carla Janaina Ferreira; LEITE, Ígor Figueirêdo. Receitas tributárias municipais e seus fatores determinantes: análise nos municípios brasileiros. **Xii Congresso Anpcont**. João Pessoa. 2018. Disponível em <http://anpcont.org.br/pdf/2018_CPT499.pdf>. Acesso em out/2019.
- CRUZ, Cláudia Ferreira; FERREIRA, Aracélia Cristina de Sousa; SILVA, Lino Martins da; MACEDO; Marcelo Álvaro da Silva. Transparência da Gestão Pública Municipal: Referenciais Teóricos e a Situação dos Grandes Municípios Brasileiros. [s.l.] Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7080/5635>. Acesso em jul/2019.

DALMONECH, Luiz Fernando; TEIXEIRA, Arilton; SANT'ANNA, José Mário Bispo (2011). O Impacto Ex-post da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000 nas Finanças dos Estados Brasileiros. **Revista de Administração Pública**. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7031/5590>>. Acesso em ago/2019.

DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FIGUEIRÊDO, Carlos Maurício; NÓBREGA, Marcos. (2007). Lei de Responsabilidade Fiscal: teoria, jurisprudência e questões. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

Lei de Responsabilidade Fiscal: aspectos polêmicos. LIMA FILHO, Saulo Silva; PEIXE, Blênio Cesar Severo. **Receita Arrecadada pelos Municípios Paranaenses: Uma Análise dos Créditos Inscritos na Dívida Ativa e sua Relação com Fatores Econômicos e Sociais**. XXV Congresso Brasileiro de Custos. Vitória/ES, Brasil, 12 a 14 de novembro de 2018. Disponível em <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4505/4506>>. Acesso em ago/2019.

GIUBERTI, Ana Carolina. Dívida Ativa e Capacidade Administrativa: Novos Elementos no Debate Sobre a Eficiência na Arrecadação Fiscal dos Estados Brasileiros. **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas**. 2010. Disponível em <http://downloads.fipe.org.br/content/downloads/publicacoes/bif/2010/8_bif359.pdf#page=22>. Acesso em out/2019.

GOUVEIA, Marly da Câmara. Ato Administrativo e Regime Jurídico da Inscrição em Dívida Ativa. PUC/SP. 2005. Disponível em <<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/8618/1/Marly%20M%20C%20Gouveia.pdf>>. Acesso em 24 mar/2019.

HYMANN, Hebert. **Planejamento e análise da pesquisa: princípios, casos e processos**. Rio de Janeiro: Lidador, 1967.

JUNIOR, Pedro Humberto Bruno de Carvalho. Parte VI: Economia Urbana e Financiamento do Desenvolvimento. 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9180/1/A%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20tribut%C3%A1ria.pdf>>. Acesso em mai/2019.

KENNEDY, Peter. Sinning in the Basement: What Are the Rules? The Ten Commandments of Applied Econometrics, **Journal of Economic Surveys, Wiley Blackwell**. vol. 16. 2009. Boston: MIT Press. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/1467-6419.00179>>. Acesso em out/2019.

LEWIS-BECK, Michael. 1980. Applied Regression: an introduction. Series Quantitative Applications in the Social Sciences. SAGE University Paper. Disponível em <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=6_wOCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT14&dq=Applied+Regression:+an+introduction.+Series+Quantitative+Applications+in+the+Social+Sciences&ots=h5zcyrh9h8&sig=jkZjPZJoSvsvHXf_DIOHP_NWFzs#v=onepage&q=Applied%20Regression%3A%20an%20introduction.%20Series%20Quantitative%20Applications%20in%20the%20Social%20Sciences&f=false>. Acesso em set/2019.

LIMA, Diana Vaz; SEVERO, Paterson da Rocha. Uma discussão sobre a natureza contingente e o critério de reconhecimento da dívida ativa. **Revista Ambiente Contábil**. Vol 8, 2016. Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/8150/6401>>. Acesso em 24 mar/2019.

MCASP. (2018). Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. (8º ed). [Manual]. **Ministério da Fazenda**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional. Acesso em 23 mar/2019.

OLIVEIRA, Marcello Sartore de. **Controle da Dívida Ativa: um estudo sob a ótica da Gestão Municipal e do Poder Judiciário**. 2013. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Finanças.

OLIVEIRA, S. M.; SANTOS, W.J.L. (2013). **Dívida Ativa: uma análise da cobrança administrativa e judicial em municípios do Rio de Janeiro**, Brasília, v. 64. Disponível em <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/134/134>>. Acesso em 26 mar/2019.

PEREIRA, Costa. 1997. A análise de dados nas representações sociais. Disponível em <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v15n1/v15n1a05.pdf>>. Acesso em dez/2019.

POHL, Flávio Augusto. Gestão da dívida ativa no município de Independência-RS. Palmeira das Missões/RS. 2014. Disponível em <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11362/Pohl_Flavio_Augusto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em set/2019.

RIBEIRO, Francielle Camila Santos; TELEGINSKI, Jaqueline; SOUZA, Jodson Henrique de; GUGELMIN, Renata Maciel. A Evolução do Produto Interno Bruto Brasileiro entre 1993 E 2009. **Revista Vitrine da Conjuntura**. v.3, n. 5. jul/2010. Disponível em <<https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/1395677446523294.pdf>>. Acesso em jun/2019.

RIBEIRO, Marcelo Gollo. Aspectos da gestão tributária no Município. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2850, 21 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.plantaofiscal.net/pdfartigo/72.pdf> >. Acesso em 24 mar/2019.

ROSSI, Gustavo Afonso Santi; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira. Peculiaridades da Arrecadação e Cobrança da Dívida Ativa na Administração Pública. **Revista Ambiente Contábil**. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/7393/6028>>. Acesso em jul/2019.

SANTOS, Carla Mara Lopres da Silva Afonso dos. Estatística Descritiva: Manual de auto-aprendizagem. **Revista e Aumentada**. 3º ed. Lisboa, set/2018. Disponível em <http://www.silabo.pt/Conteudos/9688_PDF.pdf>. Acesso em jun/2019.

SCARPIN, Jorge Eduardo; SLOMSKI, Valmor. (2007). Estudo dos Fatores Condicionantes do Índice de Desenvolvimento Humano nos Municípios do Estado do Paraná: Instrumento de Controladoria para a Tomada de Decisões na Gestão Governamental. **Revista de Administração Pública**. 2018. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6612/5196> >. Acesso em ago/2019.

SCUR, Rosane Boelter; NETO, Orion Augusto Platt. Diagnóstico da dependência dos repasses federais e estaduais no município de Canela – RS. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**. Florianópolis, v. 10, n. 29, p. 53-68, abr./jul. 2011. Disponível em <<http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1218/1152>>. Acesso em out/2019.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOARES, Maurelio; GOMES, Ely do Carmo Oliveira; TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro de. A repartição tributária dos recursos do ICMS nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. **Revista de Administração Pública - RAP**, vol. 45, núm. 2, março-abril, 2011, pp. 459-481. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/2410/241018592008.pdf>>. Acesso em jun/2019.

SOUZA, Willian Moreira de. Arrecadação municipal de impostos na prefeitura municipal de Itaporanga-PB. João Pessoa – PB. 2018. Universidade Estadual da Paraíba. Disponível em

<<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/20569/1/PDF%20%20William%20Moreira%20de%20Sousa.pdf>>. Acesso em out/2019.

TOLEDO, Jr. Flávio Correa de. **Dívida ativa: Notável Fonte para Alavancar o Investimento Público**. São Paulo. 2013. Disponível em <https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/downloads/20130626-artigo-_dividaativa-flavioletoledo.pdf>. Acesso em jun/2019.

TREVISAN, LÖBLER, VISENTINI, COELHO, GRABNER. Desenvolvimento de um Modelo de Indicadores Contábeis para a Avaliação da Gestão Financeira em Prefeituras Municipais. Salvador/BA. 2008. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnAPG302.pdf>>. Acesso em abr/2019.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.